



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 35/XI/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de Maio de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

*10:00*

*1. Informações;*

*2. Discussão do Projecto de Resolução nº 125/XI/1ª (BE) - Recomenda ao Governo a inclusão da vacina contra a gripe sazonal no Programa Nacional de Vacinação;*

*3. Outros assuntos.*

*11:00*

*Audiência da Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos - APOGEN.*

O Presidente começou por lembrar que a próxima reunião da Comissão será no dia 25 de Maio, às 15 horas, com a audição da Ministra da Saúde, correspondendo às 2ª e 3ª audições obrigatórias, com a metodologia habitual, mas com tempos mais alargados. Na primeira ronda, cada grupo parlamentar dispõe de 10 minutos, o que perfaz 50 minutos, dispondo a Ministra de igual tempo. Na 2ª ronda, cada grupo parlamentar tem 5 minutos e a Ministra 25 e na 3ª ronda cada Deputado tem 3 minutos e igual período para a Ministra por Deputado. Dado que vai ser uma reunião mais extensa, sugeriu fazer um intervalo no fim da 1ª ronda, o que foi aceite por todos.

De seguida, fez o balanço da visita a Coimbra, mostrando satisfação com a elevada representação da Comissão, embora os grupos parlamentares do BE e do PCP não tenham estado presentes. Pediu a estes grupos que integrem as visitas sempre que possível, mesmo que seja com a participação de Deputados do círculo eleitoral. Ficou surpreendido com a qualidade de alguns serviços, nomeadamente do Centro de Simulação Biométrica.

Recordou que a próxima visita de trabalho a realizar será ao Algarve e com a mesma metodologia das anteriores, faltando acertar o programa. O Deputado Serpa Oliva disse ter ficado sensibilizado com a presença da Comissão em Coimbra, o que permitiu a verificação no terreno do que por lá se faz. Apesar de não concordar com o modelo de gestão dos HUC, gostaria que o Hospital Universitário continuasse a ser uma referência.

A Deputada Luísa Salgueiro informou que, em nome da Comissão, recebeu uma delegação de Deputados Brasileiros que integram uma Comissão que trata temas de saúde e que vieram conhecer os diversos modelos europeus na área da droga e toxicodependência. Disse ter respondido o melhor que soube às questões colocadas e comprometeu-se a enviar-lhes legislação portuguesa dessa área.

O Deputado João Semedo apresentou o Projecto de Resolução nº 125/X/1ª, que "*Recomenda ao Governo a inclusão da vacina contra a gripe sazonal no Programa Nacional de Vacinação*", considerando que no

caso da gripe sazonal, a vacinação é o método mais eficaz para prevenir e controlar a infecção e as suas complicações. Referiu que entre 2000 e 2004 existiram mais de 150 mil internamentos, em Portugal, com o diagnóstico de pneumonia, sendo 60% deles de pessoas com mais de 65 anos. Este grupo etário é mais vulnerável, daí que a OMS tenha recomendado para 2010 a sua vacinação em pelo menos 75%. Frisou que, tendo em conta as complicações e a mortalidade que estão ligadas à gripe sazonal, seria de incluir no Plano Nacional de Vacinação (PNV) a vacina gratuita a essa população.

Usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Clara Carneiro, que reconheceu haver benefício em vacinar a população porque previne situações de custos elevados, estando disponível para recomendar ao Governo que promova estudos sobre a inclusão dessa vacina no PNV, Luísa Salgueiro, que disse não fazer sentido que o poder legislativo faça este tipo de sugestões e propôs que o título do PJI seja alterado para "Recomenda ao Governo o estudo da inclusão da vacina ..." e Serpa Oliva, que concordou que a comissão técnica de vacinação estude e se decida por uma eventual inclusão no PNV da vacina contra a gripe sazonal. A Deputada Paula Santos considerou que nesta matéria não deve haver legislação avulsa, mas um programa integrado, pelo que concorda com a recomendação de fazer esse estudo face à gravidade dos dados referidos.

O Deputado João Semedo disse que, perante a evidência de certos dados, é de recomendar ao Governo que estude essa inclusão. Chamou a atenção para a responsabilização dos Centros de Saúde quanto à promoção activa da vacinação.

Assim, finda a discussão e com a alteração do texto da recomendação que passa a ser "*o estudo da inclusão no Programa Nacional de Vacinação da vacina contra a gripe sazonal e a sua administração anual através dos serviços de vacinação dos centros de saúde, a todos os indivíduos incluídos nos grupos alvo prioritários, que desejem que lhes seja administrada a vacina*", o Projecto de Resolução nº 125/XI/1ª será remetido ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

A Deputada Clara Carneiro propôs a realização de uma audição da Comissão Técnica de Vacinação, com carácter de urgência, para esclarecer como determinadas vacinas são incluídas ou não no PNV. O Presidente colocou à votação o requerimento oral apresentado pelo PSD, que foi aprovado por unanimidade.

O Projecto de Lei nº 265/X/1ª, do BE, que "*Prevê a dispensa de um medicamento genérico sempre que o utente o solicite*", foi distribuído ao PCP para elaboração de parecer e o Relator será o Deputado Bernardino Soares.

A CAE solicitou um parecer sobre o "*Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2010 – chegou o momento de agir*", que foi distribuído ao PS, cujo Relator será indicado posteriormente.

O Deputado Bernardino Soares informou que deu entrada um requerimento do PCP a solicitar a audição da equipa indigitada para a direcção do INFARMED e perguntou se existe consenso para que o requerimento seja discutido, de imediato, embora não conste da Ordem do Dia.

O Presidente leu o requerimento e perguntou se existe consenso para a sua discussão, e nenhum grupo parlamentar se opôs.

A Deputada Clara Carneiro concorda com a audição da equipa indigitada, mas discorda da expressão "*aferir da idoneidade*". A Deputada Luísa Salgueiro é de opinião que se ouçam as pessoas depois de tomar posse, e não antes. Há situações em que as pessoas são ouvidas antes, porque os seus nomes são votados e, no caso do INFARMED, são nomeados. Lembrou que na próxima semana a Ministra da Saúde reúne com a Comissão e nessa ocasião poderá ser inquirida sobre o assunto. A Deputada Maria José

Nogueira Pinto perguntou qual a consequência do acto de as ouvir, antes de tomarem posse, dado que o requerimento não tem como agenda impedir a nomeação da equipa e o Deputado Serpa Oliva disse estar convencido de que não tem qualquer consequência dar sequência ao requerimento.

O Deputado Nuno Reis disse entender que, no caso concreto do INFARMED e independentemente das suas qualidades técnicas, seria de ouvir a equipa indigitada. No que se refere às entidades reguladoras, é favorável à sua nomeação pela Assembleia da República.

O Deputado João Semedo está de acordo com o teor do requerimento e considerou que seria uma boa prática fazer a audição antes da tomada de posse.

O Deputado Bernardino Soares apresentou um requerimento oral com o mesmo teor do anterior, mas com a audição após a posse e sem a expressão "*aferir da idoneidade*", que depois de colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

#### *Audiência com a Associação Portuguesa de Genéricos (APOGEN)*

*(a audiência foi integralmente gravada)*

O Presidente deu a palavra ao Dr. Paulo Clímaco Lilaia, Presidente da APOGEN, que se fez acompanhar pelos Drs. Maria do Carmo Neves, Vice-presidente, António Telleria Teixeira, Secretário-geral e Jorge Gomes dos Santos, Assessor Jurídico.

O Presidente da APOGEN fez uma apresentação em *power point* a dar conta das suas preocupações relacionadas com entraves à entrada de medicamentos genéricos no mercado Português.

Para pedir esclarecimentos intervieram, numa 1ª ronda, os Deputados Rui Prudêncio, Clara Carneiro, Isabel Galriça Neto, Ricardo Gonçalves, Maria José Nogueira Pinto, Nuno Reis e o Presidente, que foram respondidos pelo Presidente da APOGEN e completados pelos outros membros.

Numa 2ª ronda usou da palavra, para fazer perguntas, a Deputada Clara Carneiro, que foram respondidas pelo Dr. Dr. Paulo Clímaco Lilaia e complementadas pelos outros responsáveis.

Por fim, o Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pela APOGEN.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 Maio 2010.

O PRESIDENTE

COUTO DOS SANTOS)

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Bernardino Soares  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria das Mercês Borges  
Maria Helena Rebelo  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Fernandes  
Correia de Jesus  
João Serpa Oliva  
José Rui Cruz  
Luís Menezes  
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Luísa Salgueiro